

ACTA N.º 5

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 27 de Abril de 2006.

Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença dos seguintes membros: Vera Lúcia Santos Noronha, José Miguel Neves Teixeira de Carvalho, Pedro Miguel S. Brás Gaspar, Vitória Maria de Faria Brito, Paulo Francisco M. Espírito Santo, João Pedro Antunes Osório, João Manuel Jesus de Brito, Anabela Feliciano Costa, Maria Leonor Covão T. Ribeiro, Inês da Nóbrega Aguiar, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Maria de Fátima Pedro Carvalho G. Rodrigues, Carlos Alberto das Neves Cotrim, José João Marques Pais e Carla Margarida Alves Raposo.

A Presidente da Mesa deu início à sessão e chamou para a mesa a membro Leonor Covão Tendeiro Ribeiro, por ausência do 1º Secretário Joaquim Pais de Azevedo, que por motivos de ordem profissional tinha suspenso temporariamente o seu mandato. Passou-se de imediato à discussão e votação da Acta nº 3, de 27 de Fevereiro de 2006.

A membro Maria de Fátima Rodrigues propôs que todas as palavras, que por lapso, foram escritas no presente passem a estar no passado.

O membro José Miguel Carvalho concordou com a forma como a acta estava apresentada, no entanto propôs que os documentos anexos passem a estar pela ordem em que aparecem na acta.

A acta foi aprovada por unanimidade com as alterações propostas pelos membros Maria de Fátima Rodrigues e José Miguel Carvalho.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da Mesa apresentou um Voto de Pesar pela morte do Professor Abel Raposo Avelino.

Este voto de pesar foi subscrito por todas as bancadas representadas na Assembleia Municipal

Intervenção da membro Inês Aguiar, em nome da bancada da CDU, apresentou uma Moção sobre o 1º de Maio.

O membro Carlos Cotrim, em nome da bancada do PSD, apresentou uma proposta sobre a inexistência de Aferidores na Autarquia.

A bancada do PS, pela voz do membro Pedro Gaspar, apresentou uma Moção sobre as Comemorações dos 30 anos da Constituição da República.

O membro Celestino Brasileiro, pela bancada da CDU, apresentou uma saudação sobre a Constituição da República.

Intervenção do membro João de Brito que em nome da bancada do PSD apresentou uma Moção intitulada “Agricultura, que futuro...”

A bancada do PS, pela voz da membro Carla Raposo, apresentou uma Saudação às Comemorações do 92º Aniversário do Concelho.

Interveio a membro Anabela Costa, pela bancada da CDU, para apresentar uma Moção ao 32º Aniversário da Revolução do 25 de Abril.

O membro Paulo Espirito Santo, pela bancada do PS, apresentou um Voto de Congratulação à Assembleia Municipal do Futuro.

Os documentos supra mencionados serão anexos à acta.

Passou-se de imediato à discussão e votação dos documentos apresentados.

Sobre a primeira Moção, apresentada pela bancada da CDU, interveio Paulo Espirito Santo, dizendo que a moção é mais política do que propriamente um elogio ao Dia do Trabalhador, não podendo aprovar tal moção pois a bancada não se revê nas posições da CDU. Interveio ainda o membro Fernando Ramalho, dizendo que a Moção está marcada por conceitos ideológicos e políticos e, por isso não poderá votar a favor.

O membro José Miguel Carvalho, explicou que obviamente a linguagem utilizada reflecte o que pensam e, que o consenso nem sempre é possível.

Esta Moção foi rejeitada por maioria, com 8 votos contra, 6 votos a favor e 2 abstenções.

Paulo Espirito Santo apresentou Declaração de Voto.

Sobre a proposta apresentada pelo membro Carlos Cotrim, a Presidente da Mesa sugeriu que a mesma fosse respondida, pelo Executivo, no período de perguntas e respostas.

Sobre a Moção(Nº 2), apresentada pela Bancada do PS, interveio o membro José Miguel Carvalho, dizendo que a mesma tem um texto de crítica ao PCP e a outras forças políticas de esquerda. É muito sectária e contém uma linguagem muito conotada, na sua opinião não reúne consenso.

Intervenção do membro Pedro Gaspar, dizendo que a moção tem cariz político, pois reflecte a opinião do Partido Socialista.

O membro Paulo Espirito Santo interveio dizendo que a Constituição é um texto didáctico, que se adapta à sociedade, se assim não fosse, tínhamos provavelmente ainda em vigor, a magna carta.

Esta Moção foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

Celestino Brasileiro apresentou declaração de voto, pois não se revê na Moção apresentada pelo PS.

Sobre a Moção (nº3), apresentada pela bancada do PSD, intervieram os seguintes membros:

João de Brito, dizendo que a agricultura vive um momento de crise. Em Alpiarça há muitas pessoas lesadas, pois o Estado não cumpriu o que prometeu, concretamente no caso das agro-ambientais.

Anabela Costa, referiu que para além de não receberem as agro-ambientais, os agricultores endividaram-se para pagar as candidaturas e agora o Estado não paga nada. Há todo um conjunto de situações que levam os Agricultores a abandonarem a agricultura, sem sequer terem direito a subsídio de desemprego, entre elas o agravamento das taxas da segurança social. Em Outubro o Governo falou em isenções à Segurança Social, devido à seca, no entanto não houve, na região do Vale do Tejo, não houve nenhum agricultor que tivesse direito a essa isenção.

Intervenção do membro Fernando Ramalho, dizendo que embora não esteja muito por dentro do assunto, acha que foram criadas expectativas aos agricultores que o Estado não está a conseguir cumprir, existem irregularidades, no entanto não devia pagar o justo pelo pecador. Não concorda com a crítica às palavras proferidas pelo Senhor Secretário de Estado,

aquando da inauguração da Feira do Vinho. Propôs que se transformasse a referida Moção em Recomendação ao Governo e aí a bancada do PS votaria favoravelmente.

Celestino Brasileiro diz que a Moção está muito bem como está, porque é tempo dos governantes virem verificar o que se passa no terreno, para saberem das dificuldades sentidas pelos agricultores.

Intervenção do membro João de Brito referindo que no início da moção, congratularam-se com a presença do Senhor Secretário de Estado, mas que as suas palavras não corresponderam à realidade, logo não podem alterar a moção.

Paulo Espírito Santo interveio dizendo que o assunto é controverso e que as graves incorrecções acontecem nos grandes agricultores e não nos pequenos e médios. Sugeriu, tal como o membro Fernando Ramalho, que a Moção passasse a Recomendação ao Governo.

Paulo Espírito Santo pediu cinco minutos de intervalo, para poderem reflectir sobre a Moção apresentada pelo PSD.

A Presidente da Mesa concedeu o tempo pedido.

O membro Celestino Brasileiro disse compreender que a bancada do PS estivesse renitente, mas não lhes parece justo que por haverem situações fraudulentas, fiquem milhares de agricultores sem receber. Referiu que o subsídio à electricidade verde faz também muita falta aos agricultores.

Intervenção de João de Brito reforçando a ideia que são milhares de agricultores que não recebem os subsídios.

Intervenção de Pedro Gaspar referindo que se está a debater uma questão de Política Nacional. Diz-se hoje, “que paga o justo pelo pecador” , ou será que antes era “o pecador que recebia o que era do justo”.

Celestino Brasileiro disse que a CNA anda a falar dos subsídios há muito tempo, pois os mesmos foram mal atribuídos desde o início, no entanto não podem agora resolver, “cortando a direito”.

A moção foi aprovada com 8 votos a favor, 7 votos contra e 1 abstenção.

Fernando Ramalho, pela bancada do PS, apresentou declaração e voto.

Sobre a Moção (Nº 4), apresentada pela CDU:

Intervenção do membro Pedro Gaspar, achou a intervenção despropositada e extemporânea, porque já ocorreram as comemorações do 25 de Abril.

O membro João Osório referiu que o comentário de Pedro Gaspar era irónico, e que não dignificava ninguém.

Pedro Gaspar interveio novamente dizendo que votará desfavoravelmente, porque a Moção reflecte uma ideia de revolução popular.

Intervenção da membro Inês Aguiar não percebendo porque é que em relação às comemorações do 2 de Abril, a bancada do PS apresentou agora uma saudação.

Intervenção de Paulo Espírito Santo pedindo para que a referida Moção voltasse a ser lida, pois pareceu-lhe que houve uma má interpretação da mesma.

A Moção foi lida pela membro Leonor Ribeiro, em substituição do 1º Secretário.

A Moção foi aprovada com 15 votos a favor, 1 voto contra.

Pedro Gaspar apresentou declaração de voto, pois considera a moção extemporânea, contendo uma frase com a qual não se identifica. “É preciso voltar a trazer o 25 de Abril para a rua e transforma-lo numa grande festa popular”.

O membro, Paulo Espírito Santo, voltou a intervir desta vez para dizer que a moção estava bem construída, mas que eventualmente a bancada do PS não a teria escrito da mesma forma. E que a votaram favoravelmente pelo seu simbolismo.

Foi apresentado, pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, um Voto de Congratulação/Saudação às comemorações do Dia da Mulher.

A Presidente da Mesa colocou uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara sobre a situação do loteamento dos sobreiros no Frade de Cima.

Esclarecimento da Presidente da Mesa sobre os consumos de água a pagar pela Escola EB 2,3/S de José Relvas.

Esclareceu ainda, sobre as comissões em que a Assembleia Municipal tem representação.

A membro Anabela Costa questionou sobre o mau estado do percurso pedonal, ao longo da vala, entre Alpiarça e Almeirim.

Intervenção do membro Fernando Ramalho, felicitando a Câmara Municipal sobre a organização da Feira do Vinho, mas realçando não ter gostado de ver a existência de um estabelecimento (restaurante), onde se exibiam enormes cartazes, com propaganda política.

Intervenção da membro Inês Aguiar, sobre a abertura do novo edifício da Biblioteca Municipal. Perguntou qual a forma das crianças, das escolas, requisitarem livros, uma vez que a Biblioteca Municipal (antigo edifício) se encontra encerrada.

Intervenção do membro, Celestino Brasileiro, perguntando se a empresa Patudos Investimento existe ou não? Pois no pavilhão de agricultura biológica havia um placard alusivo à mesma.

Felicitou a Mesa da Assembleia pela realização da Assembleia do Futuro e explicou que a bancada da CDU concordou com a iniciativa, no entanto não acharam bem que as crianças fossem escolhidas pelos partidos políticos. Só lamentaram que o tempo para preparação da referida Assembleia fosse tão escasso.

O membro José João Pais, questionou sobre a adjudicação à Fundação José Relvas, do restaurante da Reserva do Cavalo do Sorraia.

Fez a leitura de uma carta enviada pela Junta de Freguesia à Senhora Vereadora, relativa ao Dia da Mulher.

Intervenção do membro João Osório, colocando 2 questões. A primeira relativa à questão das “Águas do Ribatejo”, perguntou qual a posição da Câmara Municipal de Alpiarça nesse processo.

A segunda questão estava relacionada com a declaração de voto apresentada pela bancada do PS, na última sessão da Assembleia Municipal, sobre o contrato com a Ecoléziria.

Intervenção de Paulo Espírito Santo, dizendo que nunca a bancada do PS comentou declarações e voto de outras bancadas.

Esclareceu que a bancada do PS nunca disse que a CDU quis boicotar a Assembleia do Futuro, pelo contrário tanto a bancada da CDU como a do PSD sempre se mostraram favoráveis à realização da mesma. A única divergência teve a ver com os discursos, pois nem a bancada do PSD, nem a da CDU quiseram prescindir dos discursos políticos, enquanto que a bancada do PS pretendia dar, nessa noite, todo o brilhantismo aos jovens.

O membro Paulo Espirito Santo questionou ainda o executivo sobre o sentido proibido na Rua Luís de Camões e sobre o estacionamento do Largo do Clube Desportivo “Os Águias”. Sobre o estacionamento no Largo dos Águias, disse não concordar pois a ideia era criar ali uma zona bonita e livre de carros e, agora o que temos é um parque apinhado de automóveis. No entanto esqueceram-se do lugar para deficientes que anteriormente lá existia.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho dizendo que se congratula com o facto de se poder parar novamente no Largo do C.D. “Os Águias”.

Referiu – se também à informação escrita entregue pela Presidente da Mesa, dizendo que não lhe pareceu que a última sessão ordinária da Assembleia tenha corrido assim tão mal.

Este membro comentou ainda a declaração de voto, apresentada pelo PS, sobre o contrato com a Ecolezíria, pois afinal existiam mais documentos.

Intervenção do membro João de Brito, sobre a Assembleia do Futuro, disse que a bancada do PSD esteve de acordo desde o primeiro momento e que até arranjou meninos para as bancadas. No entanto esta bancada não prescindiu de fazer o discurso político.

Questionou ainda o executivo sobre as contrapartidas negociadas pela Câmara Municipal de Alpiarça e as Águas do Ribatejo, sobre o trilho pedonal da Vala de Alpiarça e sobre as descargas poluentes na Vala Real.

Intervenção do membro Pedro Gaspar, para esclarecer que a declaração de voto apresentada pela bancada do PS, surgiu por só lhes ter sido facultado um documento acerca da proposta da Ecolezíria.

Falou ainda sobre o estacionamento do Largo do Águias, pensa que se é do interesse do Clube então deveria ser pago.

Intervenção do membro Paulo Espirito Santo, reafirmando que apresentaram declaração de voto ao único documento que lhes foi apresentado, não percebem como é que a bancada da CDU aprova um documento, se acham que ele não tem qualidade.

O membro José Miguel Carvalho, interveio dizendo que a declaração de voto não deverá ser retirada, no entanto o que questionam é se de facto foi ou não a correcta.

Intervenção da Presidente da Assembleia Municipal, esclarecendo que todos os partidos concordaram com a Assembleia do Futuro. Como a ideia de

fazer algo diferente surgiu um pouco tarde, foi proposto às bancadas que apresentassem nomes de meninos. A bancada da CDU entendeu não o fazer e como tal a Presidente da Assembleia tentou arranjar meninos de Alpiarça e dos Lugares. Conseguimos trazer a população dos lugares à sede do Concelho e esperamos que no próximo ano possamos contar ainda com mais crianças, já temos a confirmação do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de José Relvas, que este ponto fará parte do Plano de Actividades para o próximo ano lectivo

O membro Celestino Brasileiro disse que o tema da Assembleia do Futuro foi muito bem escolhido.

A Presidente da Assembleia esclareceu sobre o documento que foi entregue, pois pensa que tem que haver controle do tempo. Chegou-se à meia noite sem se ter entrado na ordem do dia. A Presidente perguntou se os membros queriam continuar com a sessão.

Uma vez decidido continuar com a sessão, o Senhor Presidente da Câmara começou por responder às questões que lhe foram colocadas, deixando ao cuidado da Senhora Vereadora as respostas àquelas que são dos seus pelouros, ao senhor Vereador Peixinho as questões da sua responsabilidade e sobre as contra ordenações a resposta foi dada pelo Senhor Vereador Ferreirinha.

Em relação ao Loteamento dos Sobreiros, o Senhor Presidente da Câmara explicou que se encontra em vigor o alvará inicial.

No que diz respeito ao caminho pedonal, explicou que o mesmo é da responsabilidade da CULT, pois ainda não foi feito o auto de recepção da obra.

Respondendo ao membro Celestino Brasileiro, o Presidente da Câmara disse que o placard colocado no Pavilhão de Agricultura Biológica pretendia anunciar uma coisa que poderá vir a ser uma realidade.

Sobre o Restaurante da Reserva do Cavalo do Sorraia disse que há uma cedência, para exploração, à Fundação José Relvas.

Em resposta à questão das “Águas do Ribatejo”, explicou que a CULT lançou um concurso público internacional e que a Câmara Municipal de Alpiarça respeita na integra esse concurso.

Relativamente ao protocolo com a Ecolezíria, o Senhor Presidente informou que a Senhora Chefe de Divisão fará chegar todos os documentos,

que de facto entraram no Município, e os respectivos despachos. Estes documentos serão posteriormente entregues a todos os membros da Assembleia Municipal.

Em resposta ao membro Carlos Cotrim, disse que entendeu como recomendação.

A Senhora Vereadora, respondeu ao membro Fernando Ramalho, dizendo que em relação à propaganda política dentro do estabelecimento, no recinto da Feira, resolveram não tomar nenhuma atitude enquanto a Feira não terminasse, no entanto no futuro, e aplicando a legislação própria, estas situações serão acauteladas.

Informou ainda que infelizmente, por procedimentos burocráticos, ainda não podem dizer qual o dia da inauguração da nova Biblioteca, no entanto têm procurado minimizar esta situação com a itinerância nas escolas do 1º ciclo. Na escola EB 2,3/S existe a ALPBASE, através deste procedimento podem consultar-se todos os livros existentes na Biblioteca.

A Vereadora agradeceu ao Presidente da Junta de Freguesia as palavras de incentivo.

Intervenção do Vereador Ferreirinha, dando resposta à questão colocada pelo membro João de Brito.

Intervenção do Vereador Peixinho dando resposta às questões que lhe foram colocadas sobre o trânsito, concretamente ao sentido proibido na rua Luís de Camões e ao estacionamento no Largo do Clube Desportivo “Os Águias”.

O membro Carlos Cotrim sugeriu que o sinal de sentido proibido mencionasse excepção para cargas, descargas e moradores.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo que questionou a falta de um lugar de estacionamento para portadores de deficiência, no Largo do Águias, uma vez que no parque subterrâneo não pode estacionar pois não há elevador.

O Vereador Mário Peixinho informou que as medidas, adoptadas para o Largo do Clube Desportivo, foram aprovadas em reunião de Câmara e que existem lá sinais de estacionamento proibido.

Intervenção do membro João Osório sobre um cartaz existente no interior da Feira com propaganda política, esclareceu que o cartaz já lá existia

antes da colocação dos pórticos. Quando lhe telefonaram foi ele próprio retirar o placard. Em relação ao cartaz existente no interior do restaurante, explicou que o mesmo se encontra lá durante todo o ano.

Resposta da Senhora Vereadora ao membro João Osório, dizendo que o referido placard deveria ter sido retirado, pelo menos, no dia da inauguração.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto número um – Apreciação da Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município e da sua situação Financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Não houve intervenções.

Ponto número dois – Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas do ano dois mil e cinco.

Intervenção do membro João Osório sugerindo que o Senhor Presidente da Câmara fizesse um resumo dos referidos documentos.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo, dizendo que não comentava os elementos contabilísticos, mas em relação ao relatório de gestão verificou que as receitas correntes suportaram as despesas correntes e não só. Chamou à atenção para o endividamento que aumentou um milhão e quinhentos mil euros, mas que a obra feita ascendeu a quarenta milhões de euros.

O membro João de Brito interveio dizendo que a bancada do PSD se ia abster nesta votação.

Intervenção do membro João Osório, referindo que a taxa de execução (36,9%) ficou aquém do que estava previsto, verificando-se uma tendência para a regressão económica. Referiu que a bancada da CDU não votará favoravelmente estes documentos.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, esclarecendo algumas questões.

Em resposta ao membro João Osório, esclareceu que o investimento ficou aquém do previsto, pois é evidente que estamos em recessão económica,

basta ver a evolução da derrama. Teremos que ter atenção ao novo investimento, uma vez que este Q.C.A está a terminar, que em Janeiro iremos entrar no novo Quadro Comunitário de Apoio, mais rígido, mas muito aliciente, pois terá contrapartidas a 75%, ao contrário deste em que as contrapartidas são de 50%.

Informou que há um lapso no relatório de gestão, na rubrica apoio escolar, ponto 2.2.

Foi aprovado por maioria, com 8 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

Ponto número três – Apreciação e Votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – valor percentual para o ano 2007.

Não houve intervenções. Aprovado por unanimidade.

Declaração de voto apresentada pela membro Inês Aguiar, em nome da bancada da CDU.

Ponto número quatro – Apreciação e votação da Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Alpiarça – Ano 2006.

Sem intervenções. Aprovado por unanimidade.

Ponto número cinco – Apreciação e Votação da Taxa devida pelo serviço prestado a entidades exteriores, designadamente Instituto de Conservação da Natureza, pela emissão dos seus pareceres.

Sem intervenções. Aprovada por unanimidade.

Ponto número seis – Apreciação e votação de alteração à Tabela de Taxas anexa ao Regulamento sobre o Licenciamento das actividades diversas, previstas no Decreto-Lei nº 264/2002, de 25 de Novembro, e no Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de Dezembro – Transferência para as Câmaras Municipais de competências dos Governos Cívicos.

Sem intervenções. Aprovado por unanimidade.

Ponto número sete – Apreciação e Votação de Taxas ao abrigo do Decreto-Lei nº 68/2004, de 15 de Março – Ficha Técnica de Habitação.

Sem intervenções. Aprovado por unanimidade.

Ponto número oito – Apreciação e Votação de alteração à tabela de taxas anexa ao regulamento para inspecção de ascensores, monta – cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, taxas e regime sancionatório.

Sem intervenções. Aprovado por unanimidade.

PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Não houve inscrições para o período de intervenção do público.

Nada mais havendo a tratar, foi pela Presidente da Mesa encerrada a sessão da qual se redigiu a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente: _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____

.